



026/1.18.0003543-1 (CNJ:.0006693-33.2018.8.21.0026)

Vistos.

Trata-se de Ação especial para concessão do regime de Recuperação Judicial ajuizado por AUTECH DISTRIBUIDORA LTDA-ME e AUTECH CENTRO AUTOMOTIVO LTDA-ME.

As autoras relatam que constituem um Grupo Econômico (de fato) que desde o início da década de 2000 atua, como atacadista e varejista, no mercado automotivo de peças e acessórios e, mais recentemente no mercado de pneus, notadamente a venda de pneus *high performance* da marca Continental. Referiram possuir matriz em Santa Cruz do Sul e filiais em Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Montenegro e Itajaí/SC, bem como 29 funcionários nelas distribuídos.

Expuseram as causas concretas de sua situação patrimonial e razões da crise econômico-financeira, apontando a crise econômica brasileira, a redução do faturamento, a redução da margem de contribuição, o aumento da despesa financeira e os sucessivos e crescentes prejuízos deles decorrentes, com escasseamento de recursos próprios e, necessitando de capital de terceiros para complementar a operação do negócio, principalmente de giro, ter sido este captado com juros altos e prazos para pagamento menores que os necessários para a atual capacidade de geração de caixa, deteriorando o patrimônio líquido da empresa. Em face disso, alegam que a empresa perdeu momentaneamente a capacidade de gerir seu caixa, possuindo passivo elevado mas, em contrapartida, com operação rentável, além de forte nome na região. Sustentam o princípio da preservação e função social das empresas como princípio basilar da Lei de Recuperação Fiscal, pugnando pela concessão da recuperação judicial, já que, afirmam, possuir plenas condições de superar a crise e seguir atuando.

Diante desse quadro, postulam o deferimento da sua recuperação judicial, como forma de preservação da empresa e cumprimento da sua função social, objetivo da Lei nº 11.101/2005, ofertando relação nominal dos credores de forma discriminada e individualizada.

Em sequência, discorreram sobre o cumprimento dos requisitos legais para o deferimento da recuperação judicial, bem como postularam medidas urgentes,



consubstanciadas no/a:

a) afastamento das cláusulas dos contratos bancários que prevejam qualquer possibilidade de restrições unilaterais de valores em contas bancárias;

b) determinação para que as instituições financeiras Banco do Brasil, Itaú, Banrisul, Sicredi, SICOOB, Bradesco se abstenham de restringir acesso às contas bancárias ativas, inclusive e especialmente, quanto à movimentação e ao acesso às informações bancárias e financeiras, bem como se abstenham de realizar bloqueios/retenções de valores das recuperandas e suas respectivas filiais, para amortização ou pagamento dos seus créditos sujeitos ou não sujeitos aos efeitos do processo recuperacional;

c) afastamento da consolidação da propriedade de bens móveis – máquinas e veículos – afetados a débitos oriundos de financiamento com o Banco do Brasil e Banrisul (NFs nº 2843, 9256, 11296 e 7501) e a administradora de Consórcios Sicredi (contratos nº 00292937 e 00292933) até o cumprimento da recuperação judicial, em razão de que se tratam de bens essenciais à atividade da empresa;

d) determinação ao Cartório de Protestos de Títulos e Documentos de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Montenegro e Itajaí/SC, e órgãos de restrição ao crédito (SERASA, SPC SCPC) a sustação dos efeitos dos protestos e restrições negativas de créditos já lançados, assim como abstenção de futuras indicações por obrigações constituídas, até a data do pedido de recuperação judicial das empresas e dos seus sócios e administradores.

e) determinação às instituições financeiras que se abstenham de operar com “travas bancárias” e descontos de títulos de crédito, nos contratos bancários junto ao Banrisul, Cédulas de Crédito Bancário nº 2014034030104011000008, nº 2015034000724111000037, nº 2014034000724311000049, nº 2015034000724811000048, nº 1421652, nº 1421652, nº 1424402, nº 1362830 e nº1363672, bem como junto ao SICOOB, no tocante aos contratos de descontos de títulos, oriundos de cessão fiduciárias.

f) reconhecimento do litisconsórcio ativo;

g) comunicação por carta às Fazendas Pública Federal, Estadual do ERGS e Municipal de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Montenegro e Itajaí/SC, bem como a expedição de edital para publicação em órgão oficial.

h) oficiamento ao Banco do Brasil, Itaú, Banrisul, Sicredi, SICOOB,



Bradesco acerca do deferimento das demais medidas.

É o sucinto relatório. Passo a fundamentar.

1) Do pedido de processamento da recuperação judicial.

Ao exame da petição inicial e seus documentos, noto que não estão colmatados os motivos impeditivos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual o pedido de processamento da recuperação judicial é medida que se impõe em relação às requerentes AUTECH DISTRIBUIDORA LTDA-ME e AUTECH CENTRO AUTOMOTIVO LTDA-ME.

2) Do litisconsórcio ativo.

Já à partida, expresse reconhecimento acerca da possibilidade de litisconsórcio formado pelas duas empresas autoras, as quais compõem faticamente parte do Grupo Empresarial.

Digno de nota registrar que seus quadros societários são integrados pelos mesmos sócios administradores – RODRIGO BARONI MELO e DÊNIS DA ROCHA HOFF, atuam em áreas complementares, possuindo estrutura funcional interligada, do que resulta a atuação conjunta para realizarem os seus objetos sociais, cuja repercussão econômico-financeira está embricada.

Sendo assim, a conformação de um grupo econômico "*dá-se mediante a combinação de recursos ou esforços das sociedades envolvidas, tendo por desiderato viabilizar a realização dos respectivos objetos, ou a participação em atividades ou empreendimentos comuns*".

Ainda que não desconheça o pormenor de que a Lei nº 11.101/2005 não trata da hipótese em comento, a jurisprudência, modo torrencial, tem admitido o litisconsórcio, desde que as sociedades empresárias requerentes integrem o mesmo grupo econômico, de fato ou de direito – apenas destacando que o plano de recuperação judicial seja apresentado de forma individualizada pelas empresas.

Nesse diapasão:

¹ AgRg na MC 20.733/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 21/10/2014



AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. POSSIBILIDADE. GRUPO ECONÔMICO. CONFIGURADO. NECESSIDADE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE ATENDA AOS INTERESSES DE CREDORES E DE TODAS AS EMPRESAS ENVOLVIDAS. 1. {...} 3. No presente feito restou caracterizada a situação de grupo econômico de fato, pois o poder de mando e as administrações das sociedades são comuns, sendo o quadro societário integrado pelos mesmos participantes, cuja natureza das empresas participantes é de ordem familiar, sendo que as atividades destas atendem a uma finalidade comum na produção, comércio e transporte de mesmo produto - pneus -, resultando na atuação conjunta para realizarem os seus objetos sociais, cuja repercussão econômico-financeira está interligada e centralizada numa das sociedades empresárias. 4. Desse modo, as sociedades agravantes possuem quadros societário e administrativo comuns envolvendo Silvana Fantí e Graziela Fantí, as quais são irmãs, demonstrando o cunho familiar da associação, conforme se verifica das atas das assembleias geral e ordinária, bem como extraordinária das recorrentes. 5. Destaca-se que todas as sociedades estão situadas em um único imóvel, de propriedade da agravante Transportadora Fantí S.A. Não obstante isso, esta empresa do grupo é responsável pela contratação de toda a equipe de apoio utilizada pela integralidade das sociedades, demonstrando que aquela exerce ingerência administrativa sobre as demais. 6. Ademais, as atividades desenvolvidas pelas sociedades são complementares, restando demonstrado nos autos que a parte agravante integra o mercado de pneumáticos, realizando as atividades de produção, venda e transporte destes. Por outro lado, ao invés de centralizar todas as atividades realizadas em uma só sociedade, as funções foram partilhadas em três sociedades distintas, mas são realizadas em conjunto. 7. Logo, caracterizado o grupo econômico de fato, restam preenchidos os requisitos para que as agravantes figurem no pólo ativo da recuperação judicial em litisconsórcio, na forma do art. 46, inciso, do anterior Código de Processo Civil, cuja correspondência ocorre com o art. 113, inciso III, da novel legislação processual. 8. Por outro lado, a parte a de recuperação judicial, com a especificidade para cada empresa, em atendimento ao art. 53 da Lei n.º 11.101/05, sob pena de violação do princípio *pars conditio creditorum*. Dado provimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento Nº 70068577972, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 04/04/2016)

AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. LITISCONSÓRCIO ATIVO. APRESENTAÇÃO DE PLANO INDIVIDUALIZADO. MANUTENÇÃO DA POSSE DOS BENS. 1. Comprovada a existência de formação de grupo econômico, correto o deferimento do processamento do pedido de recuperação



judicial, nos termos do art. 48 da Lei n. 11.101/2005. 2. A intenção jurídica e social da recuperação judicial é exatamente viabilizar que a empresa monte um plano para saldar suas dívidas e prosseguir operando normalmente. Aplicação do princípio da preservação da empresa. 3. Necessidade de apresentação de plano individualizado para cada uma das recuperandas, sobretudo diante da observância ao princípio da pars conditio creditorum, a fim de preservar a votação somente pelos credores de cada empresa. 4. Possibilidade de manutenção da posse dos bens objeto de alienação fiduciária durante o período da recuperação. Observância ao princípio da preservação da empresa e manutenção da atividade produtiva (art. 47 da Lei n. 11.101/05). 5. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO. (Agravo N° 70066461765, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 30/09/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. POSSIBILIDADE. Considerando que as sociedades empresárias devedoras formem grupo econômico de fato, tenham administração comum e sede nesta Capital, não há óbice legal para o processamento conjunto da recuperação judicial. **RECURSO PROVIDO. POR MAIORIA.** (Agravo de Instrumento N° 70049024144, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 25/07/2012)

Este contexto, então, autoriza elas a participarem conjuntamente no procedimento especial de recuperação judicial. na condição de litisconsórcio ativo, a teor do que estabelece o art. 113, inciso III, da novel legislação processual, regra aquela aplicada subsidiariamente ao caso dos autos, *in verbis*:

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

(...)

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

2.1. Plano Individualizado/específico:

No que tange à referenciada apresentação do plano de recuperação, de forma individualizada (estanque por empresa), a tenho por justificada, pois a ninguém é dado olvidar que a formatação de empresas distintas para realização de uma atividade econômica traz benefícios tributários, contábeis e de gestão.



Estes são bônus, contudo, não podem eles se desacoplar dos ônus correspondentes, como o que se sucede na situação em liça, na qual vejo perfeitamente possível exigir de cada uma das demandantes a apresentação de um plano de recuperação judicial geral, com a especificidade para cada empresa, em atendimento ao art. 53 da Lei n.º 11.101/05, sob pena de violação do princípio *pars conditio creditorum*.

Nesta linha se apresentam os julgados da Corte Farroupilha:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO. CONTEÚDO DECISÓRIO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. LITISCONSÓRCIO ATIVO. APRESENTAÇÃO DE PLANO INDIVIDUALIZADO. CONTRATO DE ADIANTAMENTO DE CÂMBIO. PROTESTO CONTRA SÓCIO SOLIDÁRIO. TEMPESTIVIDADE. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. Preliminar de intempestividade rejeitada, porquanto houve a oposição de embargos de declaração, que foram recebidos pelo juízo de origem, implicando na interrupção do prazo recursal. 2. A decisão que defere o pedido de processamento da recuperação judicial e concede parcialmente a tutela antecipada possui carga decisória, sendo, pois, recorrível. 3. Recurso instruído com as cópias obrigatórias e facultativas previstas no art. 525, I e II, do CPC. 4. Comprovada a existência de formação de grupo econômico e a atividade das empresas individuais há mais dois anos, correto o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 48 da Lei n. 11.101/2005. 5. Necessidade de apresentação de plano individualizado para cada uma das recuperandas, sobretudo diante da observância ao princípio da *pars conditio creditorum*, a fim de preservar a votação somente pelos credores de cada empresa. 6. Os créditos decorrentes de contrato de adiantamento de câmbio não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. 7. Tendo sido deferido o processamento da recuperação judicial das empresas agravadas, os seus garantidores não são atingidos pelo benefício aplicável somente ao devedor principal. Aplicação do artigo 49, §1º, da Lei n. 11.101/2005. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.333.349, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil). Recurso provido, no ponto. **PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70065413031, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/08/2015)**

AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. LITISCONSÓRCIO



ATIVO. APRESENTAÇÃO DE PLANO INDIVIDUALIZADO. MANUTENÇÃO DA POSSE DOS BENS. 1. Comprovada a existência de formação de grupo econômico, correto o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 48 da Lei n. 11.101/2005. 2. A intenção jurídica e social da recuperação judicial é exatamente viabilizar que a empresa monte um plano para saldar suas dívidas e prosseguir operando normalmente. Aplicação do princípio da preservação da empresa. 3. Necessidade de apresentação de plano individualizado para cada uma das recuperandas, sobretudo diante da observância ao princípio da *pars conditio creditorum*, a fim de preservar a votação somente pelos credores de cada empresa. 4. Possibilidade de manutenção da posse dos bens objeto de alienação fiduciária durante o período da recuperação. Observância ao princípio da preservação da empresa e manutenção da atividade produtiva (art. 47 da Lei n. 11.101/05). 5. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a decisão recorrida. **RECURSO DESPROVIDO.** (Agravado Nº 70066461765, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, julgado em 30/09/2015)

Agravado de instrumento. Ação de recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Impossibilidade de confusão patrimonial. Obrigatoriedade de apresentação de planos distintos para cada empresa e votação somente pelos respectivos credores. Agravado de instrumento provido. (Agravado de Instrumento Nº 70062985171, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, julgado em 28/05/2015)

Dessa forma, afirmada a possibilidade jurídica de formação de litisconsórcio ativo na recuperação judicial, ante a existência de um grupo econômico de fato, resta a cada qual das sociedades a responsabilidade pela apresentação de suas especificidades no plano de recuperação judicial, as quais devem ser pormenorizadamente descritas, sob pena de rejeição do mesmo, com as consequências legais que lhe são conaturais.

4. Pedidos de Tutela de Urgência.

Como é cediço, a tutela jurisdicional pode ser dividida em definitiva e provisória, sendo esta um efeito daquela, que se pretende seja concedida em juízo de cognição sumária.



A tutela definitiva pressupõe uma cognição exauriente, consistente naquela em que há debate amplo sobre o objeto litigioso, com observância das garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, modo a tornar apta a formação da coisa julgada.

A tutela provisória, ao seu turno, é proferida em juízo de cognição sumária, no qual o julgador, em regra, ao concedê-la, ainda não possui todos os elementos de convicção acerca do litígio. É fundada num juízo de probabilidade, em que não se tem certeza, mas aparência de que o direito afirmado exista.

Nesse contexto, a tutela de urgência prevista no citado art. 294 tem como finalidade realizar (tutela antecipada satisfativa) ou acautelar (tutela cautelar) um direito “diante do perigo de DEMORA da tutela jurisdicional final”. Em outras palavras, trata-se de tutela voltada a afastar o *periculum in mora*, servindo para evitar um prejuízo grave ou irreparável enquanto perdura o processo. Na forma do parágrafo único do art. 294 do Estatuto Adjetivo, esse perigo de ilícito pode ser evitado ou coibido por meio de tutela satisfativa antecipada, ao passo que o perigo de dano pode ser reprimido por meio da técnica cautelar, ambas podendo ser concedidas de forma antecedente ou incidente.

No atual Estatuto Processual, os requisitos para a concessão da tutela antecipada podem ser divididos em duas espécies: positivos e negativos. O primeiro traduz aqueles requisitos que devem ser presentes para que a tutela possa ser concedida e estão positivados no caput do art. 300 do Código Processual de 2015: (i) probabilidade do direito e (ii) perigo de dano ou risco ou resultado útil do processo. O requisito negativo, ou seja, aquele que não pode estar presente para admitir a concessão da tutela antecipatória é a irreversibilidade, prevista no § 3º do art. 300 do *novel* Estatuto Adjetivo.

- afastamento das cláusulas dos contratos bancários que prevejam qualquer possibilidade de restrições unilaterais de valores em contas bancárias;
- determinação para que as instituições financeiras Banco do Brasil, Itaú, Banrisul, Sicredi, SICOOB, Bradesco se abstenham de restringir



acesso às contas bancárias ativas, inclusive e especialmente, quanto à movimentação e ao acesso às informações bancárias e financeiras, bem como se abstenham de realizar bloqueios/retenções de valores das recuperandas e suas respectivas filiais, para amortização ou pagamento dos seus créditos sujeitos ou não sujeitos aos efeitos do processo recuperacional;

- afastamento da consolidação da propriedade de bens móveis – máquinas e veículos – afetados a débitos oriundos de financiamento com o Banco do Brasil e Banrisul (NFs nº 2843, 9256, 11296 e 7501) e a administradora de Consórcios Sicredi (contratos nº 00292937 e 00292933) até o cumprimento da recuperação judicial, em razão de que se tratam de bens essenciais à atividade da empresa;

- determinação às instituições financeiras que se abstenham de operar com “travas bancárias” e descontos de títulos de crédito, nos contratos bancários junto ao Banrisul, Cédulas de Crédito Bancário nº 2014034030104011000008, nº 2015034000724111000037, nº 2014034000724311000049, nº 2015034000724811000048, nº 1421652, nº 1421652, nº 1424402, nº 1362830 e nº 1363672, bem como junto ao SICOOB, no tocante aos contratos de descontos de títulos, oriundos de cessão fiduciárias.

Os presentes pleitos são de ser acolhidos, em observância ao princípio da preservação da empresa e manutenção da atividade produtiva (art. 47 da Lei n. 11.101/05, ao menos de prazo de 180 dias, até que apresentados os planos de recuperação.

Nesta linha também se põe a *manutenção da posse dos bens objeto de alienação fiduciária durante o período da recuperação.*

- Determinação ao Cartório de protestos e órgãos de restrição ao crédito para a sustação dos efeitos dos protestos e restrições negativas de créditos já lançados, assim como abstenção de futuras indicações por obrigações constituídas.

Entendo prescindível o pleito de suspensão dos efeitos de protesto de títulos e a suspensão/impedimento de registros junto a entidades protetoras de crédito,



porquanto não vislumbro como possam as referidas medidas viabilizar algum efeito prático, uma vez que o nome, o patrimônio de fidúcia, a credibilidade comercial das sociedades autoras já naturalmente é atingida pelo próprio pedido de recuperação judicial. Ademais disso, eles não teriam qualquer repercussão na aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial e de seu cumprimento.

A propósito, este é o escólio do TJRS:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CANCELAMENTO DE PROTESTOS E INSCRIÇÕES EXISTENTES. ATÉ O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. DESCABIMENTO. CASO CONCRETO. 1. Possibilidade de manutenção dos protestos e inscrições existentes contra as recuperandas até a data do deferimento do processamento da recuperação judicial, pois este não alcança o direito material dos credores. 2. Entendimento aplicável também aos garantidores dos débitos das recuperandas, pois não são atingidos pelo benefício, aplicável somente ao devedor principal. Aplicação do artigo 49, §1º, da Lei n.º 11.101/2005. RECURSO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70066994724, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, julgado em 16/12/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. CONTRATO DE CÂMBIO (ACC). O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO IMPEDE O PROTESTO. REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR. AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE NO DIREITO INVOCADO. O PROTESTO É ATO INDISPENSÁVEL PARA PROPOSITURA DA AÇÃO DE EXECUÇÃO E CONSTITUIÇÃO PLENA DO DIREITO DE COBRANÇA DO CREDOR. O deferimento da recuperação não possui o efeito de suspender a efetivação de protestos em face do devedor em razão de dívidas vencidas e não pagas, o se que mostra indispensável para a constituição plena do direito de cobrança do credor sobre a relação jurídica ainda existente. Aplicação do art. 75 da Lei nº 4.728/65, art. 24 da Lei nº 9.492/97 e Enunciado nº 54 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho de Justiça Federal. Em regra, o contrato de câmbio não



se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, por força do que dispõem os arts. 49, §4º, e 86, inciso II, da Lei nº 11.101/2005. Contudo, no caso, o contrato de câmbio nº 112951890 restou descaracterizado à categoria de simples contrato de mútuo, em razão do excesso de prazo para liquidação, perdendo o privilégio de crédito extraconcursal e sujeitando-se aos efeitos da recuperação judicial. Em juízo de cognição sumária, verifica-se que se operou a novação sobre o contrato de câmbio nº 112951890, tendo em vista a homologação do plano por sentença, que concedeu a recuperação judicial por "Cram Down", o que impossibilita o protesto de referido título. A novação provoca a extinção da relação jurídica anteriormente existente que, substituída por uma nova, não pode ser mais considerada inadimplente, sendo, aparentemente, imperioso reconhecer como injustificado o protesto do contrato de câmbio nº 112951890. DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70065939761, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 19/11/2015).

CONCLUSÃO:

PELO FIO DO EXPOSTO, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial das empresas AUTECH DISTRIBUIDORA LTDA-ME e AUTECH CENTRO AUTOMOTIVO LTDA-ME, as quais deverão apresentar plano individualizado, para o fim de:

- a) Nomear como administradora judicial a Dra. **Francini Feversani**,² OAB/RS nº 63.692, sob compromisso. Seus honorários serão arbitrados posteriormente, até que se apure o valor total devido (art. 24, § 1º);
- b) Dispensar a empresa autora de apresentar certidões negativas para o exercício de suas atividades, na forma do art. 52, II da lei especial;
- c) Suspender todas as ações ou execuções contra a devedora, devendo a empresa comunicar os respectivos juízos processantes, pelo prazo de 180 dias.

² Endereço: Rua Fernando Ferrari, nº 1724, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria/RS, CEP 97050-080, telefones nº 55-3026-1009 e 55-9932-0607. (Francini Feversani & Cristiane Pauli-Administração judicial)



d) Determinar às devedoras que apresentem contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial;

e) Determinar que se intime o Ministério Público e se comuniquem por carta as Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados (RS e SC) e Municípios em que a empresa possuir estabelecimento (Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Montenegro e Itajaí/SC);

f) Determinar a expedição do edital a que se refere o art. 52, § 1º da Lei 11.101/2005, o qual deverá ser confeccionado com a classificação dos créditos que as autoras apresentaram.

g) Determinar às autoras que apresentem individualmente o plano de recuperação no prazo improrrogável de 60 dias contados da intimação desta decisão.

h) nos termos da fundamentação supra, DEFERIR, na soleira da demanda, tutela de urgência requerida nos itens 'a', 'b', 'c', 'd' e "e" do petitório (fls 45-6)

Os ofícios às instituições financeiras ("e") deverão disponibilizados às autoras, para que providenciam a apresentação.

Intimem-se, devendo as autoras comprovar nos autos, mensalmente, o pagamento das duas parcelas restantes das custas iniciais, conforme decisão que deferiu o parcelamento destas.

Santa Cruz do Sul, 04/06/2018.

Andre Luis de Moraes Pinto,
Juiz de Direito.

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: ANDRE LUIS DE MORAES PINTO Nº de Série do certificado: 25A3E0AE5F920D2D2803AEF0B09E1866 Data e hora da assinatura: 04/06/2018 12:03:31</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 026118000354310262018111853</p> 
--	---